



Anais da Assembléia

N.º 173

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE JANEIRO DE 1978

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 263.ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Luiz Roberto Soares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielso Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pie-trângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os números 02,03,04,05,06,07,08,09, 10,11,12,13, 14,15,16,17,18,19,20,21 e 22/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

- 124/77:** Do Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão, que declara de utilidade pública o Lar Escola Retiro Feliz, o qual convertido em Lei tomou o número 6.971.— **Agradeça-se.**
- 23/77:** Do Senhor Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado - n/ Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.973.— **Agradeça-se.**
- 92/76:** Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que denomi-na Avelino Vieira a Rodovia que liga Wenceslau Braz-Tomazina-Pinhalão-Japira, Ibaiti e Lizímaco Costa, o qual convertido em Lei tomou o número 6.974.— **Agradeça-se.**
- 110/77:** Do Senhor Deputado José Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Associação Católica Filantrópica Santa Efigênia, o qual convertido em Lei tomou o número 6.975.— **Agradeça-se.**
- 137/77:** Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o Centro de Promoção Humana

São Benedito de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o número 6.976.— **Agradeça-se.**

- 134/77:** Do Senhor Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a Sociedade "SVERDI" — Pro-pagação e Cultura de Ponta Grossa, o qual conver-tido em Lei tomou o número 6.977.— **Agradeça-se.**

- 112/77:** Do Senhor Deputado José Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Associação São Roque, Distrito de Tamarana, Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 6.978.— **Agradeça-se.**

- 155/77:** Do Senhor Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública o Instituto Riomafrense de Bem Estar do Menor — IRBM — de Rio Negro o qual convertido em Lei tomou o número 6.979.— **Agra-deça-se.**

- 74/77:** Do Senhor Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Movimento para Libertação de Vidas — MOLIVI — de Maringá o qual convertido em Lei tomou o número 6.980.— **Agradeça-se.**

- 140/77:** Do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras dos Rotarianos de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o número 6.981.— **Agradeça-se.**

- 78/77:** Do Senhor Deputado Enéas Faria, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Major Fernando Flôres, o qual convertido em Lei tomou o número 6.982.— **Agradeça-se.**

- 84/77:** Do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Associação dos Pro-fissionais Liberais Universitários do Brasil — APLUS através de sua representação no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 6.983.— **Agradeça-se.**

- 120/77:** Do Senhor Deputado Enéas Faria, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.984.— **Agradeça-se.**

- 100/77:** Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Renascença, o qual convertido em Lei tomou o número 6.985.— **Agra-deça-se.**

- 118/77:** Do Senhor Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Evangélica de Irati, o qual convertido em Lei tomou o número 6.986.— **Agradeça-se.**

- 136/77:** Do Senhor Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a Creche Lar Escola Saron, de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 6.987.— **Agradeça-se.**

- 105/77:** Do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que declara de utilidade pública a Fundação Educacional Menonita, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.988.— **Agradeça-se.**

- 61/77:** Do Senhor Deputado Edilson Alencar, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand, o qual convertido em Lei tomou o número 6.989.— **Agra-deça-se.**

- 138/77:** Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara

de utilidade pública o Serviço e Obras Sociais — S.O.S. — de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o número 6.990.— **Agradeça-se.**

151/77: Do Senhor Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Paraíso do Norte, o qual convertido em Lei tomou o número 6.991.— **Agradeça-se.**

113/77: Do Senhor Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente das Senhoras Sírias Libanezas, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.992.— **Agradeça-se.**

Sob o número 01/77, do Senhor José Simões da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Patos de Minas, no qual encaminha cópia do ofício circular número 11/77, expedido pela Câmara Municipal de Catende, Estado de Pernambuco, sobre o assunto relacionado à redistribuição de renda do I.C.M. no qual solicitam apoio deste Poder Legislativo.— **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 163/77, do Senhor Francisco Teixeira, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, no qual encaminha cópia da indicação número 12/77, de autoria do ilustre Deputado Wildy Vianná, Líder da Bancada da Arena, que solicita consideração das demais Assembléias Legislativas de todo o País, para o mesmo fim, a seguinte proposição: "Que seja solicitado ao Exellentíssimo Senhor Presidente do Banco Nacional de Habitação — BNH, Dr. Maurício Schulmann, o procedimento de estudos visando renda pessoal não ultrapasse a importância de 1 (um) salário mínimo regional, dos acréscimos correspondentes aos juros e à correção monetária incidentes sobre o valor das amortizações mensais.— **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 11/77, do Senhor José Antônio da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Catende, Estado de Pernambuco, encaminhando cópia do Requerimento número 142/77, de autoria do Vereador Pedro Joaquim da Silva, solicitando às autoridades competentes uma melhor redistribuição do ICM, para os municípios do interior de todos os Estados da Federação.— **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção da ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor GERALDO GUNTHER, ocorrido em data de ontem, na cidade de União da Vitória.

O extinto era membro de tradicional família daquele município e genitor do Doutor Hans Henning Gunther, Secretário Executivo da ACARPA.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, do fato dê-se ciência à família enlutada, à rua Benjamin Constant, número 879, em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 10 de janeiro de 1.978.

(a) Luiz Roberto Soares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência a aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo passamento do Sr. Antônio Valdomiro Oltramari, ocorrido na cidade de Dois Vizinhos.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada, do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 10 de janeiro de 1.978.

(a) Nilso Sguarezi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do ofício número 038/78, da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, cumprimentando este Deputado.

Sala das Sessões, em 10 de janeiro de 1.978.

(a) Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos, no dia 10 de maio de 1.977, esta mesma tribuna e, através dela, encaminhamos um requerimento que teve a aceitação total desta Casa, requerimento este que pedia, na época, providências da Secretaria do Planejamento do Estado, da Secretaria dos Transportes e das Prefeituras de Marialva e de Maringá, objetivando a adequação do trecho da Rodovia do Café, que passa pelo perímetro urbano da cidade de Maringá, em demanda a Marialva.

Ocorre que, a Rodovia do Café, naquele trecho de Maringá e parte do Município de Marialva, constitui-se, hoje, no eixo viário Leste-Oeste, que está, inclusive, sendo a linha diretriz do crescimento urbano tanto de Maringá, quanto de Marialva, e da expansão do sítio urbano de Maringá.

E nós recebemos, no dia 7 de julho, um expediente do Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães, no seguinte teor:

"Acusando recebimento do requerimento aprovado por esta Casa, solicitando sejam duplicadas as pistas na Rodovia do Café, no trecho Maringá/Sarandi, Município de Marialva, numa extensão de cerca de 3.000 metros, em resposta, cumpre-nos informar solicitando, seja dado conhecimento ao autor do requerimento aprovado, que, o assunto é da alçada do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o DNTER."

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que com o esvaziamento da zona rural, num fenômeno normal em todo o Brasil e especialmente no Paraná, essas populações procuram centros maiores, e, hoje, o Distrito de Sarandi, pertencendo ao Município de Marialva, ele está totalmente ligado, no plano urbano, com a cidade de Maringá, apresentando o maior índice de crescimento demográfico e urbano de todo o Norte do Paraná. E não nos convencemos, de forma alguma, com a resposta da Secretaria dos Transportes. Tanto, que reiteramos a nossa solicitação, com um requerimento agora de outro teor, que passaremos a ler:

"Senhor Presidente.

O Deputado que assina este requerimento, atendidas as formalidades regimentais, requer sejam enviados expedientes aos Senhores Ministro dos Transportes, Secretário de Estado dos Transportes, Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, enfatizando a necessidade da adequação de trecho da Rodovia do Café, ao esquema de expansão urbana, observando nos Municípios de Maringá, do local conhecido como "Santo Maneta" até o trevo Paranavaí-Campo Mourão (extensão de cerca de 2.500 metros) e de Marialva, desde o Parque de Exposições de Maringá até o final do perímetro urbano do Distrito de Sarandi (Marialva) em uma extensão de cerca de 3.000 metros.

Esta adequação será possível com a duplicação das pistas, urbanização, iluminação e construção de um acesso conveniente ao sítio urbano de Sarandi, hoje observando o maior índice de crescimento urbano e demográfico do Norte do Paraná e permitindo a constatação de uma conurbação física com o sítio urbano de Maringá.

Sala das Sessões, em 10 de janeiro de 1.978.

(a) Renato Bernardi

JUSTIFICATIVA:

A reiteração deste requerimento se justifica, pois no último dia 10 de maio a Casa aprovou por unanimidade uma solicitação com o mesmo teor, dirigida aos Senhores Secretários de Planejamento e Transportes.

A 7 de julho (58 dias após) o Sr. Secretário dos Transportes responde, afirmando ser dada alçada do D.N.E.R.

Acontece que um problema desta natureza irá sensibilizar o Ministério dos Transportes no momento em que os homens do Paraná insistirem em levantar a questão.

Ocorre que as 22 (vinte e duas) pessoas que perderam suas vidas em 1 ano no trecho Maringá-Sarandi tiveram seus acidentes cadastrados e assistidos por elementos da Polícia Rodoviária Estadual e não Federal.

A metropolização em andamento na região diz respeito aos paranaenses, embora o assunto seja da alçada do C.N.P.U. (Conselho Nacional de Urbanização e Regiões Metropolitanas).

A crescente, acelerada e até descontrolada urbanização, com a conseqüente multiplicação do sítio urbano, do Distrito do Sarandi deve ser acompanhada pelos paranaenses, sob pena de tornar-se insustentável a qualidade de vida nesta faixa do Paraná."

Senhor Presidente, encaminho esse requerimento à Casa e, Senhores Deputados, é necessário que nós entendamos em termos de metropolização, a política que vem sendo seguida pelo Governo Federal e aqui especialmente no Paraná, com a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba, que muitas vezes, determinadas extorsões observadas na região metropolitana, custam verdadeiras fortunas ao erário público, para serem corrigidas.

Entretanto, além da região metropolitana de Curitiba, já com problemas seríssimos, nós observamos regiões que estão se metropolizando nesse Estado, como o caso específico de Londrina, como o caso de Maringá, como o caso de Cascavel, como o caso de Ponta Grossa, como o caso de Umuarama, onde um planejamento mais adequado da Secretaria de Planejamento, onde uma união de esforços entre os Governos municipal e estadual, poderá evitar problemas muito sérios a médio e a longo prazo, e é muito mais fácil se prevenir do que se tentar remediar ou mesmo remendar um sítio urbano onde a qualidade de vida da população, desgraçadamente decai dia a dia.

É este o sentido porque nós encaminhamos esse requerimento à Casa, enfatizando requerimento de nossa solicitação de maio do ano passado.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entre os órgãos de classe que têm se destacado em nosso Estado, está o Serviço Social do Comércio, Sesc.

As diretorias que ao longo dos anos desempenharam relevantes funções, deixaram a marca da operosidade, nas diversas obras executadas, entre as quais a Colônia de Férias de Caiobá, que tem permitido aos comerciários, o necessário lazer, tendo em vista o trabalho intenso que desenvolvem para o progresso do Paraná.

O atual Presidente Egídio Pereira, por sua vez, tem procurado dinamizar o atendimento aos associados de modo a proporcionar as melhores condições de uso do patrimônio formado.

Foi, portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com certa surpresa que recebi cópia de missiva que foi encaminhada por respeitável líder comunitário, estabelecido já muitos anos da cidade de Londrina, onde desenvolve funções junto à sólida empresa "Paraná Equipamentos S/A", economista, Joaquim Francisco de Souza, também formado pela Adesg,

missiva pela qual pediu ao Presidente do Serviço Social do Comércio — Sesc, as providências cabíveis tendo em vista o fato de ter sido, juntamente com a sua família, sumariamente mandado embora da Colônia de Férias e isto publicamente, só porque reclamou ao responsável por aquele Departamento da Sesc, uma lamentável falha, verificada no restaurante.

Esta missiva, Sr. Presidente, Senhores Deputados traz em seu bojo, um apelo ao Presidente, no sentido de que sejam tomadas as providências para que fatos tão lamentáveis quanto esse, não voltem a se repetir, trazendo em conseqüência, um certo enfraquecimento das relações que devem haver entre a diretoria daquele tão importante órgão, a nível estadual, e os associados.

Tenho certeza que, o Sr. Presidente, ao ler as ponderações que foram apresentadas pelo economista Joaquim Francisco Souza, determinará a abertura do necessário inquérito administrativo para que, assim, possam os associados, muitos dos quais tomaram conhecimento dessa lamentável ocorrência, ter a certeza de que não serão desrespeitados quando forem usufruir dos direitos adquiridos pelo fato de terem seus nomes registrados entre aqueles que estão aptos a fazer uso dos serviços.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que esta Assembléia, que é a caixa de ressonância do que acontece na sociedade possa acompanhar o andamento deste pedido, fizesse este registro. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito no Grande Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "CONCORDATA OU FALÊNCIA DO ENSINO? "MELHOR HERANÇA NÃO PODE DEIXAR UM PAI A SEU FILHO QUE O ENSINO ESCOLAR. EDUCAÇÃO É HERANÇA QUE NÃO SE GASTA, DIREITO QUE NÃO SE PERDE E LIBERDADE QUE NÃO SE LIMITA."

Os resultados dos atuais vestibulares, apontando índices assustadores de reprovação, estão a chamar a atenção dos responsáveis pelo nosso sistema educacional.

Foi necessário um desastre desses, 70 por cento de notas ZERO, nas provas de redação, para que caísse a ilusão em que vivemos muitos os nossos governantes.

Que o sacrifício destes milhares de jovens brasileiros, barrados de ingressarem na Universidade porque não sabem escrever, não seja em vão.

Que estes jovens marginalizados da universidade pela própria deficiência do ensino, sejam testemunhas permanentes e denunciadores intransigentes da carência de educação que se abateu nesta nação.

Hoje, famílias que passaram sacrifícios para manterem seus filhos estudando, se interrogam do que aconteceu.

Como conceber que um jovem, depois de mais de dez anos de estudo não saiba escrever a sua própria língua.

Como imaginar então, que não sabemos a própria língua, saiba este jovem manejar os demais ramos do conhecimento humano, se a língua nacional é seu instrumento de trabalho para assimilar e absorver os demais ramos do conhecimento humano?

Propomo-nos, Sr. Presidente, modestamente e dentro das nossas limitações, porém com a coragem e até ousadia necessárias, analisar e apontar as causas deste trauma brasileiro.

AS NOVAS GERAÇÕES

Sentimos no interior de cada lar e mesmo no interior de cada um de nós, a divergência entre as novas e velhas gerações.

Verdadeiro elo histórico tem apontado a luta entre o novo e o velho. Em todos os tempos, em todos os povos e em todas as gerações, estas divergências se registraram. Porém, a verdade é que cada geração, quer no espaço ou no tempo de seu

aparecimento, deixou para o acervo político da humanidade a sua contribuição.

Se algumas gerações nada aduziram, também é verdade que nada destruíram, nada mutilaram.

Poderíamos dizer o mesmo das novas gerações? Destas que nada contribuem para a melhoria desta nação, pelo contrário, segundo muitos afirmam, "até destrói o que foi conseguido com muito sacrifício".

Seja como for, no Brasil, sempre as novas gerações estiveram presentes nos grandes momentos decisivos desta pátria e desta presença, passou-se a esta afirmação: "A esperança do Brasil, está na sua juventude". Parece até irônico indagar-se qual a esperança de um país que assiste a maioria do seu estudantado tirar nota ZERO numa prova da língua nacional?

Não desconhecemos que o modernismo determinou uma das mais rápidas mudanças de vida que a história da humanidade registra.

"Para as gerações mais velhas, as mudanças eram ainda uma abstração histórica que se tornava espetacular devido as inovações inesperadas e radicais, como o automóvel, telefone, televisão ou o avião, e não uma ameaça diária e constante a identidade".

Porém, a falsa e burguesa "suposição de que uma educação universitária é condição indispensável para ganhar dinheiro e sucesso na vida" gerou não apenas um clima de tensão no jovem, mas estabeleceu as bases de um "academicismo" danoso ao espírito humano que passou a preocupar-se mais com técnicas e "verdades acadêmicas" que buscar na essência da espiritualidade, uma condição do homem como ser e não de produto acabado.

Seria desconhecer uma realidade gritante se não entendêssemos "os sinais dos tempos", mas a verdade para os educadores brasileiros tem sido simplista demais.

Pretendem resolver a problemática do ensino pela quantidade, em detrimento da qualidade.

Aumentar o número de salas de aula ou de vagas em universidades, faz parte do coro geral da tecnocracia instalada nesta nação, de tal modo que a cada ano possa-se apresentar "rendimentos" com novas e espetaculares cifras".

O MOBRAL, neste país é o que apresenta as melhores estatísticas, no entanto não é menos verdade de que o MOBRAL é a prova da ineficácia do ensino ministrado nesta terra.

Pelo MOBRAL, afirmam os pregoeiros oficiais, já passaram milhões de analfabetos, mas o censo de 1.970 demonstrou as falácias governamentais, pois que se em 1960 o índice de analfabetismo era de 39,5 por cento, dez anos depois em 1970 ainda continuava em torno de 33 por cento, o que vale dizer que em termos quantitativos o número de analfabetos aumentou eis que se em 60 existiam 15,8 milhões de brasileiros analfabetos, em 70, tinham aumentado para 17,9 milhões. A respeito do MOBRAL é bom lembrar que a tentativa de instaurar uma CPI, no Congresso Nacional, acabou sendo obstaculizada pela situação. Podemos afirmar, no entanto sem qualquer dúvida que mais da metade dos analfabetos que passam pelo MOBRAL, infelizmente continuam sem as mínimas condições de serem considerados alfabetizados, eis que a maioria não passa de ter apenas aprendido assinar o nome, para tornar-se eleitor e estar munido de documentos (eis que votar nesta terra também é utopia).

REFORMA DO ENSINO BRASILEIRO

Os movimentos universitários que se estenderam até por volta de 1.967, devem ter sensibilizado o governo para a imperiosa necessidade de que reformulação geral do ensino brasileiro. Não foram em vão pois as passeatas estudantis em que clamavam pela Reforma Universitária, ao lado de outras reformas de base. Instalado o governo revolucionário em 64, somente em 71 é que apareceu a lei da reforma a 5.692/71,

que objetivava criar novas bases e diretrizes ao estudo de primeiro grau.

Antes porém, em 69, num ato de força e violência contra os menos favorecidos pela sorte, os ministros militares introduziam na atual constituição que foi imposta pela predominância das armas e não pela livre e legítima aceitação do Povo Brasileiro (que nunca a aceitou e hoje parece, quer através de reformas parciais ou de Assembléia Constituinte, expungir tais disposições atentatórias ao regime democrático), como dizíamos, introduzirem os ministros militares de 69, o artigo 176, inciso IV, que assim determinou:

"O Poder público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudo mediante restauração que a lei regulará".

Assim, se pedia uma reforma universitária que tivesse por base a gratuidade do ensino, como medida de democratizar a educação, foi de plano afastado tal hipótese ao se inserir na Constituição, o princípio da gratuidade parcial.

Porém a implantação da reforma, tem sido a mais desastrosa possível. Encarregaram-se os Estados Federados a responsabilidade do planejamento e da implantação da reforma do Ensino. Criou-se pois um ônus aos Estados e Municípios para tornarem-se responsáveis pelo ensino de primeiro e segundo grau, na exata e proporcional medida em que a União passou a abocanhar as maiores parcelas da receita pública.

Fiquemos, no Paraná, para considerar o caos da Educação, citando alguns contrastes que saltam aos olhos dos menos avisados até. Com a adoção do princípio do ensino universitário pago diga-se mais uma vez obra dos governos revolucionários, o negócio da china no Brasil foi o "cursinho" isto é, um currículo de reforço ao currículo normal, pois que este se mostra totalmente ineficaz para preparar o estudante e habilitá-lo a ingressar na Universidade. Não se alegue que os cursinhos por serem "particulares" supririam as deficiências do ensino público. Não, a maioria dos "professores-empresários que montaram verdadeiras estruturas econômicas explorando este setor da educação, são também os proprietários de estabelecimentos de ensino onde se ministram os currículos normais, ou seja, o antigo primário, ginásio e científico. O "cursinho" e a sua descabida procura, atesta o fracasso dos currículos normais, quer sejam ministrados em estabelecimentos públicos (ainda gratuitos) ou particulares (pagos na totalidade a preço proibitivos). Qualquer cursinho hoje, cobra mensalmente uma taxa de 80 a 90 por cento do salário mínimo.

Como dizíamos, se proliferaram os "cursinhos" se muitos donos de cursinhos hoje estão ricos, e conseguem pagar o dobro do preço aos seus professores ou até o triplo em alguns casos, por aula ministrada, não é menos verdade a situação do magistério público é de penúria e até de pobreza. Antes porém de entrar no aspecto financeiro, conveniente é que se indague das medidas adotadas pelo governo para que a implantação da reforma simplesmente não desmontasse a sistemática anterior sem conseguir a efetiva adoção dos novos princípios e critérios eleitos.

Educação nada mais é que o treinamento do indivíduo para saber comportar-se e viver numa sociedade culturalmente desenvolvida e consciente de suas necessidades e aspirações. Por conseguinte, a educação envolve o relacionamento direto entre duas personalidades. De um lado, representando a experiência e saber humano acumulado o professor, de outro, — como que mostrando a inclinação natural do homem ao conhecimento — o aluno. Verdade que as novas técnicas tendem a insolar, em certos momentos, este relacionamento direto, professor-aluno, mas para o caso brasileiro é válido afirmar-se ainda constituírem, tais exemplos a exceção à regra. Ora, com o advento da reforma, não mudou simplesmente a nomenclatura escolar na designação de primário e ginásio para o 1o. e 2o.

grau. A reforma envolveu diretamente o relacionamento professor aluno, eis que ao mudarem-se, também os currículos, impõe-se um remanejamento total. Aboliram-se os métodos anteriores e não se conseguiu até o momento a fixação da nova sistemática do ensino brasileiro. O mais envolvido nisto tudo foi o professor que sofreu o impacto de uma hora para outra, pois em sua maioria absoluta não recebeu um tratamento adequado e condizente que o habilitasse a entender o significado e o objetivo método lógico da reforma. Ao ficar deslocado entre dois modelos, ora em observância à lei anterior, ora cedendo as inovações da 5692, foi o professor a primeira vítima da reforma. Afetado o professor, afetado ficou o seu relacionamento com o aluno, a segunda grande vítima do desastre reformista. Até os pais principalmente aqueles que se interessam pela educação de seus filhos foram tomando notícia da reforma e também iam se sentindo desinformados com o que acontecia na escola. Não durou muito tempo e os resultados começaram a aparecer. A queda da qualidade do ensino, quando o objetivo visado era exatamente o oposto. Os Estados como responsáveis pela implantação da reforma preocupam-se muito mais em providenciar as coisas materiais (aqui no Paraná, diz a propaganda oficial, constroem-se X salas de aula por dia), como se isso bastasse. O Estado, e esta é a verdade gritante e indiscutível, ficou nestes primeiros sete anos de reforma, **sem realizar um só concurso para professores.**

"Há insuficiência de pessoal habilitado atuando nos antigos ensino primário (45 por cento/75 por cento em 1972) e médio (40, 91 por cento em 1.972). Isto representa ter fator preponderante na queda de qualidade do ensino ministrado, principalmente nas escolas rurais" (Política da Educação, Utopia e Realidade, Cândido Manuel Martins de Oliveira). Assim, se em 1.972, pouco mais de 52 por cento, eram efetivos, do total de docentes, aqui no Paraná apenas 4,87 por cento atuavam no ensino médio de primeiro e segundo ciclos.

Agora, e louve-se a medida, o governo, abriu concurso para o magistério. Diga-se que tal concurso só ficou possível depois de verdadeira batalha do magistério paranaense, via de suas associações de classe, as quais pressionaram a demorada e injustificada retenção do Estatuto do Magistério com projetos que morreram no executivo. Aliás ao referirmo-nos a associações de professores, conveniente que se caracterizem as posições assumidas, afim de não cometermos injustiças. O Conselho de Representantes dos Professores do Paraná, sistematicamente tem sido eco de aplausos das medidas adotadas pelas autoridades de ensino no Paraná. Em 26/02/77, analisando o ESTATUTO DO MAGISTÉRIO aquela entidade assim se expressou:

"A história dessa lei, que ainda depende da Assembléia Legislativa com relação aos vetos apostos pelo Governador, a alguns de seus artigos, parágrafos e expressões, marcará época no cenário educacional paranaense. Esta afirmativa é correta, se analisarmos o presente Estatuto em sua evolução histórica e, principalmente, sobre as vantagens que o mesmo traz para o magistério paranaense, comparado ao antigo Estatuto" (Estatuto do Magistério — HISTÓRIA VANTAGENS, IMPERFEIÇÕES E ADAPTAÇÕES).

Já as demais entidades classistas, têm assumido posições e independentes às determinações e critérios adotados pelo governo estadual. De assembléia Extraordinária Conjunta, realizada em Londrina a 26/02/77, a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ e a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ, emitiu uma CARTA ABERTA DO PROFESSORADO PELA EDUCAÇÃO, cujo texto é verdadeira denúncia do caos hoje constatado.

CARTA ABERTA DO PROFESSORADO PELA EDUCAÇÃO

Mais um ano letivo se inicia. Nós professores, reencontramos, além do quadro negro, que é nosso material de trabalho, um quadro muito mais amplo e mais negro que é a situação da educação brasileira. E, por mais que nós esforcemos, não conseguimos ver nas atitudes de nossos dirigentes uma maior preocupação em evitar o caos que se implanta no setor educacional.

A história nos mostra que a educação é a única alavanca capaz de guindar um povo da condição de ignorante e servil à condição de participante e desenvolvido. Isto só se consegue colocando a educação como setor prioritário de investimentos e de preocupação. Mas o que vemos em nosso país é a redução sistemática das verbas orçamentárias destinadas à educação seja a nível federal, seja a nível estadual.

Essas reduções se traduzem em achatamento do salário do professor que vem tendo reajustes sempre inferiores aos índices inflacionários. Através dessa fórmula o poder aquisitivo do professorado paranaense foi reduzido pela metade só nos últimos oito anos.

A partir de 1.973, o Estado, visando economizar ainda mais na educação, transferiu grande parte da manutenção das escolas aos alunos através do pagamento de taxas, às associações de pais e mestres e aos professores que se vêem obrigados a realizar rifas, festas e promoções.

Hoje, a crise econômica por que passa o país utilizada para justificar a contenção de verbas à educação e no consequente achatamento do salário do professor, porém, nós que não fomos beneficiários do milagre econômico, não podemos arcar com o ônus da crise.

Ao mesmo tempo em que nossos salários chegam a níveis vergonhosos, principalmente o do professor primário somos atingidos por uma legislação estapafúrdia que a cada dia se altera e se contradiz, primando sempre por desrespeitar nossos mais elementares direitos: é o Estatuto do Magistério vetado naquilo que trazia de bom à classe e à educação: é o decreto 1495 despidendo milhares de professores e obrigando os demais a uma carga horária desumana; é a Estabilidade, acenada como tardia justiça, sendo postergada e indeferida à maioria dos requerentes; é uma recente norma regulamentando o desconto de faltas, visando reduzir ainda mais o humilhante salário do professor primário; são as recuperações, fórmula mágica de engordar estatísticas, procurando consertar em poucos as falhas de todo um ano letivo; são os professores suplementaristas sem FGTS, sem 13o. salário, sem repouso semanal remunerado, admitidos ilegalmente; são os professores primários e do MOBIL, percebendo salários abaixo de salário mínimo; é a Resolução 30 relegando a ciência e a Pesquisa a papéis secundários; é a polivalência obrigando professores a lecionar disciplinas para as quais não foram preparados; é o ensino particular de 1o. e 2o. graus se desenvolvendo e explorando alunos e professores; é o ensino pago transformando nossas universidades em reduto de uma minoria; é a instabilidade que priva o professor das mínimas condições de segurança e tranquilidade, indispensáveis ao exercício da profissão; é a politicagem imperando em todos os níveis da educação; reduzindo as escolas a feudos de caciques políticos.

As consequências dessa situação são visíveis em toda parte: os cursos de formação de professores de 1o. grau (professor primário) já não encontram interessados; a presença maciça de professores em concursos públicos (Banco do Brasil, Banco Central, Escrivão de Polícia, e outros); os cursos de Ciências Humanas se esvaziando; o grande número de professores que abandonam a carreira, através de licenças ou definitivamente; os professores obrigados a recorrer a outras atividades, após os períodos de aula, para complementar o salário; a escola se deteriorando física e estruturalmente; a reforma de ensino deturpada em sua aplicação; e enfim é o nível de ensino relegado ao seu mais baixo grau.

Grande é pois o caos na educação, temos o direito e o dever de lutar pela redenção da educação, pois ela diz respeito e afeta todos os cidadãos. Não podemos silenciar diante da insensibilidade do Sr. Governador às muitas reivindicações, já a ele, por nós encaminhadas. Daí porque conclamamos a todos, pais, alunos, indivíduos ou entidades para se solidarizarem conosco numa luta conjunta pelas reivindicações abaixo, que são de tudo, aspirações por uma educação digna, que venha ao encontro dos interesses do nosso povo.

- 1- Que a educação assuma papel prioritário e se torne um investimento.
- 2- Pela aprovação de um Estatuto digno, sem os vetos do Governador.
- 3- Para que o Estado reassuma seu papel de mantenedor das escolas.
- 4- Pela readequação do salário do professor primário.
- 5- Por um reajuste de 100 por cento para os demais professores.
- 6- Pela instituição da permanência remunerada e condigna.

Enfim, reivindicamos nosso direito de participar, cujo impedimento levou a educação ao estágio atual. Nos arrogamos o direito de decidir sobre a educação. Pois assim como os médicos são os que melhor entendem de medicina; os pecuaristas os que melhor entendem de gado; os engenheiros os que melhor entendem de engenharia, nós professores, somos os que melhor entendemos de educação e sobre ela devemos decidir.

Resta pois a triste dedução de que boa parcela do magistério paranaense deixa-se representar por pessoas que ainda não se deram conta de que todas as conquistas humanas, são mais o resultado de reivindicações e exigências, do que fruto da benevolência e paternalismo dos donos do poder. Repete-se a história, muitos preferem esmolar pequenas migalhas, que exigir a integridade de seus direitos, simplesmente porque necessário se faz tomarem medidas e atitudes corajosas. Opor-se ao absolutismo e prepotência dos que detêm o poder, é conservar a dignidade que as gerações anteriores nos legaram. Quando isso ocorre, todavia no magistério, a gravidade assume outros contornos, porque o mestre além de educar, deve alimentar a chama do inconformismo que tem todo o jovem.

"Juventude sem rebeldia é servidão precoce" disse o poeta. Quando o mestre é servil, esta servidão não tardará em atingir o aluno.

A POLÍTICA NA EDUCAÇÃO

Foram os nefastos Comandos Políticos além de outras causas que levaram a Bancada do MDB, nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a propor e ver concluída em abril de 1976, a CPI DA EDUCAÇÃO, através da qual pode-se constatar o seguinte:

"Um dos capítulos mais debatidos na Comissão foi o da influência político-partidária, na educação. Procurou-se, por todos os meios, caracterizar essa evidência, através da inquirição de depoentes. A maioria por razões fáceis de compreender, negou-se e alguns, porém, confirmaram-se e, um deles, atual Diretor de Departamento na Secretaria da Educação e Cultura reconheceu que, nos seus 28 anos de serviço público sempre observou a participação política na educação" (Relatório da CPI da EDUCAÇÃO, pag. 16/17).

A propósito, dos Comandos Políticos, esta Casa quando da discussão e votação do Estatuto do Magistério, houve pela maioria de seus membros, julgar conveniente e moralizadora a supressão da "Remoção Ex-Ofício" válvula em que o Executivo pretendia institucionalizar a influência partidária. Todos sabem que ela existe e para não ficarmos em meras alegações, leio a carta de um Diretor de Colégio endereçada ao Presidente do Diretório da Arena:

JAGUARIAIVA, 11 de junho de 1975.

Ilustríssimo Senhor

Presidente da ARENA

N/ Município.

Face aos acontecimentos da reunião próxima passada e reconhecendo as dificuldades que ora passa a agremiação partidária, considero que uma das fórmulas capazes de anular os impasses - levando assim a um entendimento unânime - seria a colocação do cargo de Diretor do Colégio Estadual "Rodrigues Alves" à disposição de uma facção do partido, representada pelo Sr. Mário Fonseca, formulo o presente, delegando poderes para V. Sa., apresentar a meus pares o meu consentimento oficial, no sentido de proceder a substituição de meu nome de conforme julgamento que se fizer necessário aos interesses da agremiação.

Sendo só, renovo minha expressão de consideração e apreço.

Ass. JONAS RODRIGUES TEIXEIRA.

Aproveito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para o texto do meu discurso não a briga das facções arenistas em Jaguariaiva, mas a expressão final da carta do Diretor do Colégio endereçada ao Presidentes Arenista, quando num rasgo de idealismo partidário, abre mão do cargo e faz questão de frisar:

"Conforme julgamento que se fizer necessário aos interesses da agremiação".

Seria de perguntar-se: aos interesses da educação quem responde por eles?

"O Problema mais grave - Os Recursos Financeiros".

Os poucos recursos atribuídos à educação pelos governos revolucionários, podem ser aferidos pelo triste quadro:-

O PERCENTUAL DA VERBA DA UNIÃO PARA O SETOR DE EDUCAÇÃO.

1964	-----9,74
1965	-----11,7
1966	-----9,70
1967	-----8,71
1968	-----7,74
1969	-----8,69
1970	-----7,33
1971	-----6,78
1972	-----5,62
1973	-----5,21
1974	-----4,95
1975	-----4,7
1976	-----4,4
1977	-----5,58

Realmente não tem sido a educação a meta prioritária dos nossos governos revolucionários. Não se restringiram apenas para a educação. Elegeram, infelizmente para nossos pôsteros outras prioridades, bastando notar que predominaram nomes militares e não de educadores, na formação do Ministério da Educação e Cultura, nos últimos anos. E o problema da educação, como todos sabemos passou a ser mais caso de polícia do que propriamente de educadores. Com o "slogan". "O estudante é para estudar" passou-se o ensino para uma posição secundária. Haja visto que "O Brasil foi o único representante da América Latina na relação dos 23 países de todo o mundo que em 1973 gastaram mais de 1 bilhão de dólares em armamentos, tendo destinado, nesse ano, 1, 3 milhões de dólares às Forças Armadas contra 1 bilhão para a educação" ("Jornal o Estado de São Paulo de 24 de fevereiro e 1977").

É sobejamente conhecida a posição de caudatário, do Brasil, na relação dos países americanos, com gastos na educação. O Paraná, não escapou até agora deste critério pois foi

apenas no orçamento para o corrente exercício, que se destinou em torno de 27 por cento da arrecadação, contra mingua-dos índices nos anos anteriores. Todavia, não são suficientes tais cifras, eis que elas não se destinam exclusivamente ao ensino preparatório, mas também ao superior, pois enquanto este, nos demais Estados ao encargo da União, aqui gastar-se-á neste exercício, Cr\$ 287.813.000,00, para manutenção de 3 universidades e 9 faculdades isoladas, o que vale dizer, dos 27 por cento, gasta-se para ensino superior mais de 2 por cento.

Baseio-me em números concretos, para afirmar de que estas cifras não são suficientes para o setor educacional, pois se a cada dia se constroem salas de aula, a realidade do ensino paranaense é esta, quando se refere ao pagamento de seus professores, num quadro negro que pode ser assim demonstrado:

REDUÇÃO DO PODER AQUISITIVO DO PROFESSOR PRIMÁRIO

ANO	INFLAÇÃO	REAJUSTE SALARIAL
66/67	33,00%	25,00%
67/68	24,25%	20,00%
68/69	23,93%	64,26%
69/70	17,12%	XX
70/71	26,50%	30,00%
71/72	19,46%	20,00%
72/73	26,60%	15,00%
73/74	33,02%	20,00%
74/75	40,00%	18,18%
75/76	55,50%	30,00%
76/77	50,00%	33,40%
SOMA	349,98%	275,84%

REDUÇÃO DO PODER AQUISITIVO DO PROFESSOR PRIMÁRIO

Ninguém ignora e ninguém contesta que uma empregada doméstica ganha melhor salário do que uma professora do ensino primário no Paraná. Ninguém contesta e ninguém ignora que o suplementarista teve que recorrer à justiça, para ver reconhecidos os direitos que o Governo do Estado sistematicamente lhe negou.

O ALUNO E A REFORMA

Sem dúvida, foi pelo aluno, que aqui viemos denunciar esta triste situação. Foi pela coragem do estudante paranaense que em 11 de novembro de 1975, em MEMORIAL entregue no Palácio Iguazu ao General Presidente, assim falaram os estudantes deste Estado:

"Necessário se faz, a bem da ciência, da cultura e da arte, que haja esta preocupação em debater e pesquisar a fundo a nossa realidade, a fim de que possamos nos adequar às necessidades do nosso povo e nosso País. No entanto, como há de convir V. Exa., os esforços no sentido de ampliar a participação estudantil nos problemas nacional têm esbarrado seguidamente na ação limitante de leis e decretos que ora vigoram com reflexos na Universidade brasileira.

Desejamos, Sr. Presidente, destacar os resultados de tais medidas, que se fazem sentir negativamente sobre o povo, o Ensino e a pesquisa. O distanciamento progressivo do ensino em relação aos problemas nacionais, juntamente com a restrição das liberdades de expressão e ação, impostas aos estudantes, nos alienam de assuntos que dizem respeito a toda a Nação.

Foi também o estudante deste Estado, que sem fazer passeatas, sem fazer o que se convencionou chamar aos justos movimentos estudantis — de "subversão", endereçaram ao Povo Paranaense este veemente protesto, em 07/julho último, quando estudantes paranaenses foram arbitrariamente presos.

NOTA DE REPÚDIO

Unimo-nos às buzinas e aplausos da população mineira, que manifestavam seu apoio à curta passeata dos estudantes que protestavam contra as arbitrárias e violentas prisões de seus colegas durante a realização do III ENE;

Unindo-nos ao papel picado das paulistas que apoiavam as passeatas dos estudantes e populares contra as prisões;

Unindo-nos à dor das famílias que viram os seus serem aprisionados ou banidos, quando tentavam expressar-se livremente;

Unindo-nos às notas oficiais de entidades como OAB, ABI, Igreja e outras;

Unindo-nos aos manifestos de intelectuais e professores do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Brasília; E ainda, unindo-nos àqueles que têm suas vozes sufocadas pela repressão:

REPUDIAMOS categoricamente todas as arbitrárias prisões ocorridas recentemente em todo o território nacional, que, em pouco mais de um mês, se elevaram a mais de MIL.

O nosso repúdio se estende às perseguições, inquéritos e interrogatórios de que são vítimas nossos colegas, salientando o que ocorre com o Presidente do DARPP, intimado a comparecer à Delegacia de Ordem Política e Social, dia 06/06, às 09 horas da manhã.

Estudantes de todo o país já estão se manifestando.

Greves de protestos contra punições e inquéritos paralisam a Universidade de Brasília e milhares de estudantes do Rio de Janeiro. Bahia já está em greve contra as prisões.

São Paulo tem Assembléia Metropolitana marcada para hoje (06/06).

FIM ÀS PRISÕES ARBITRÁRIAS

PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA A TODOS OS PERSEGUIDOS POLÍTICOS PELAS LIBERDADES

DARP (Ciências Humanas)	DEMOCRÁTICAS
DAST (Tecnologia)	CAP (Psicologia)
DABC (Biologia e Ciências)	GEM (Engenharia Mecânica)
DACIESA (Ciências Sociais Aplicadas)	CEGEP (Geologia)
DAAT (Educação)	CEGEO (Geografia)
DASCISA (Ciências da Saúde)	GAU (Arquitetura)
DACE (Ciências Exatas)	CEQ (Engenharia Química)

Falamos também, Sr. Presidente,

Pela carta que endereçaram ao Governador do Estado.

Ao Exmo. Sr. JAYME CANET JÚNIOR

MD. Governador do Estado do Paraná.

Frente ao clima de insegurança e incerteza para o desenvolvimento de nossas atividades normais causado por prisões arbitrárias de estudantes, pela abertura de inquéritos não justificáveis e, ultimamente, pelo chamamento de colegas a prestarem depoimentos junto aos órgãos de segurança do Estado, os estudantes de Curitiba, através de suas entidades abaixo assinadas, vêm solicitar a V. Exa., na qualidade de autoridade máxima deste Estado, intervenção no sentido de imediata cessação dessas atitudes, altamente prejudiciais às atividades universitárias e conseqüentemente à comunidade do Estado como um todo, e incompatíveis com a vida normal desta comunidade.

Certos de que sua posição de Governador do Estado o impede de se omitir, ansiosamente aguardamos pronta solução.

Apresentamos as nossas considerações e a

Saudações Universitárias

Curitiba, 07 de junho de 1977.

DACE — (aa) Maria Arlete Rosa e outros.

Se não me engano, foi Kennedy, Sr. Presidente, quem afirmou sabiamente:

"Ai daqueles governos, ai daquelas entidades que temem a juventude, porque eles querem manter a situação permanente estagnada, sem avanços, sem progresso e sem evolução e

nós podemos afirmar aduzindo, ai daqueles governos que ainda exigem atestado ideológico para recrutamento de

professores, aí daqueles governos que derem prioridade ao armamento relegando a educação, pois a história os julgará, com a infalibilidade dos resultados que a falta de educação de um povo costuma castigar as nações belicosas. Assim foi com a Alemanha de Hitler, assim foi com a Itália de Mussolini e assim será com a Uganda de Idi Amim.

Os resultados de censo escolar, ainda não divulgados oficialmente, são aterroizantes, pois só na Capital paulista, nada menos do que 44 por cento das crianças em idade escolar (sete anos) não estão matriculadas. Os milhões de menores abandonados que perambulam pelas ruas de nossas cidades, sem qualquer escolaridade, entregues à marginalização, e ao descaminho dos tóxicos e do crime, até agora não foram suficientes para tirar nossos governantes da letargia e insensibilidade que se encontram. A violência pela Televisão, disseminada com incrível velocidade entre a nossa juventude, parecem atestar que REALMENTE NESTE PAÍS A JUVENTUDE não tem importância. Não se diga que o governo não tem controle e censura sobre a televisão, e o rádio deram uma só notícia das manifestações estudantis no Rio e São Paulo. Como ignorar a censura da imprensa falada e televisada, se a mesma está na total dependência dos censores que ditam o que o povo pode e o que o povo não pode ouvir. A chamada Lei Falcão - que impede os políticos de irem ao rádio e televisão, veio mais para impedir o conhecimento destes fatos, que outro acontecimento qualquer.

Porém, como os nossos governos gostam de números e seus tecnocratas por eles se motivam, resta a esperança de que se indaguem agora as causas dos 70 por cento de zeros numa simples prova de redação.

CONCLUSÃO

Numa empresa qualquer, a primeira medida que se toma para evitar a falência, é conseguir-se provisão de recursos suficientes para saldar os compromissos. Na educação brasileira só esta solução não basta, mas é a principal e a mais inadiável possível. Dê-se à educação prioridade, começando por dar-se mais recursos e por colocar-se no MEC homens voltados para a educação e não para outras finalidades. Feito isso, o resto será a consequência natural e lógica das coisas bem intencionadas. Educação é o melhor investimento e o retorno não pode ser aferido simplesmente pelos números de matrícula, salas de aulas ou diplomas expedidos. Quando advogado, economista, dentista e professor hoje não exercem suas habilitações profissionais, simplesmente porque o nosso deficiente sistema de ensino não soube encontrar neles e orientá-los para a verdadeira vocação, inclusive aquela que muitos têm, de não necessitarem de instrução superior para realizarem-se como cidadãos, mas simplesmente terem um entendimento melhor das coisas e fatos que acontecem em suas existências.

Porém, para que isso aconteça, para que tenha a Educação a prioridade que necessita, para que tenham nossos educadores as garantias e a indispensável liberdade, é preciso afastar o medo nefasto que está destruindo nossa nacionalidade de povo livre e altaneiro, infelizmente tudo depende e depende exclusivamente do nosso governo, em quem, se concentram os poderes totais e absolutos de dispor não apenas dos orçamentos, mas da cota de liberdade e de garantias que possamos ter.

Finalmente, leio parte final do Editorial do Jornal o Estado de São Paulo de ontem, assinado pelo jornalista Fernando Pederneira:

"Dizem que cada país tem o governo que merece.

Acho que é hora de acrescentar que não merecemos tanto.

Já tivemos demais".

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 01/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 121/77, ex-Proposição no. 526/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa - CEBRAE, através do Programa Nacional de Treinamento de Executivos, e Programa Paranaense de Treinamento de Executivos, com interveniência e finalidade que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - APROVADO

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 02/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 101/77, ex-Proposição no. 484/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, objetivando o custeio de projetos de engenharia e supervisão para a implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 03/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 102/77, ex-Proposição no. 485/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CURITIBA, com interveniência da URBS, objetivando a alocação de recursos para a implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Gunther. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilsó Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Valdomiro Oltamari. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do ofício no. 038/78, da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná. — APROVADO. (A matéria a ser transcrita acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, lido da tribuna, solicitando sejam enviados expedientes aos Srs. Ministro dos Transportes, Secretário de Estado dos Transportes e Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, enfatizando a necessidade de adequação de trecho da Rodovia do Café, atingindo os Municípios de Maringá e Marialva. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, na forma do art. 150 do Regimento Interno e, posteriormente, encerrada na sessão do dia 09 do corrente, solicitando sejam fornecidas informações pelo Sr. Governador do Estado, através da Prefeitura Municipal de Curitiba, sobre o critério adotado para implantação do reajuste das tarifas do transporte coletivo, que deverão vigorar nesta Capital, a partir do dia 08 do corrente. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nos. 12, 40, 203, 255, 331, 377, 378 e 380/77, 01/78, 02 e 03/78.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO

ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 10 DE JANEIRO DE 1978.

"FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO VAREJISTA
DO ESTADO DO PARANÁ.

Of. no. 038/78/jmk

05 de Janeiro de 1978.

Ilustre Deputado:

Tomamos liberdade de vir à presença de V. Exa., para cumprimentá-lo pela oportuna e justa iniciativa no sentido de, através requerimento apreciado, favoravelmente, pelo Legislativo paranaense, encaminhar sugestão ao Exmo. Sr. Presidente Ernesto Geisel, no sentido de que fosse considerado o nome ínclito, culto e honroso do Senador Accioly Filho, para tomar assento no Supremo Tribunal Federal.

Há longos anos que o Paraná, por tantos de seus setores, vem profiando por uma esperança no Supremo. V. Exa., com muita felicidade, reabriu essa luta, à qual aderimos, muito prazeirosamente, por duplas razões: a tese de que entre os 8 milhões de paranaenses temos um quadro de cultura jurídica com valores de expressão, que deve ser reconhecido, nacionalmente, pela possibilidade histórica de ver um filho desta terra naquele excelso pretório e, ainda também, pelo fato de reconhecermos na invulgar figura do Senador Accioly Filho excepcionais condições para o pleno exercício das funções de Ministro do Supremo.

Permitimo-nos fazer, em anexo, à apreciação do ilustre Deputado, cópias dos telexes que, nesta data, estamos enviando, em nome desta Federação do Comércio Varejista do Paraná, aos Exmos. Srs. Presidente Ernesto Geisel e ao Ministro Armando Falcão, da Justiça.

Na renovação dos cumprimentos pela brilhante iniciativa, aproveitamos para significar expressões de alto apreço e distinguida consideração.

Cordialmente,

(a) JOÃO KRACIK NETO — Presidente

Exmo Sr.

Deputado Erondy Silvério

Rua 21 de Abril, 119

80.000 - Curitiba PR.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 08/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 145, de 04 de janeiro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

designar os funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder para prestarem serviços, na forma que especifica, no período compreendido entre 1o. de janeiro de 1978 a 31 de dezembro de 1978:

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NAIR BELINO DE BONFIM

VILSON DA SILVA NATAL

WALDOMIRO DE CAMARGO

GABINETE DA 1a. SECRETARIA

NILCE POLI MILANI

IVES PONESTKE

RUY DA FONSECA PEREIRA

SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS

ANTÔNIO CARLOS DUARTE

GABINETE DA 2a. SECRETARIA

JULIETA SLOMSKI RAMOS

ALBERTO MIGUEL

OTÁVIO GUERREIRO CASTELAN

EMILIO TELES DE LIMA

LIRIO TONETTI

GABINETE DA 3a. SECRETARIA

ACIULI MARIA SANTOS ALBERTI

GABINETE DA 4a. SECRETARIA

ALBARY PEDROSO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

LIZETE BITTENCOURT

ORLANDO NADALIN

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

ENEDUAR FALEIRO PINTO NUNES

GLACYR ANDRADE DE OLIVEIRA

JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA

LEÔNIDAS RAMOS DA SILVA

PEDRO DISSENHA

LIDERANÇA DA ARENA

JOSÉ CARLOS BARAÚNA ARAÚJO

MANOEL DIAS

IRENE GREER GARSON BAENA

MARILIA SOCOLOSKA SLOMPO

LIDERANÇA DO GOVERNO

ELIZA AMÉLIA MOSSE GALVÃO

LIDERANÇA DO M.D.B.

ANIBAL ASSUNÇÃO

ANTÔNIO LUIZ QUERINO

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

AZÉLIA DE LIMA BRANDINI

DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

CARMEN CILENE CASAGRANDE ROQUEJANE

CERIMONIAL

LAUDICÉIA RIERA DOS SANTOS

WILSON DE ARAÚJO GOES

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ORLANDO FERREIRA

LÁZARO CAETANO DA SILVA

SERVIÇO MÉDICO

EDILTON TREVISAN

GABINETES DE DEPUTADOS

TEREZINHA CASAGRANDE — Dep. LÚCIO MACHADO

JUAREZ TIBILETTI — Dep. JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL

OLEGÁRIO SALDANHA DE ARAÚJO — Dep. ADALBERTO DAROS

AUREO GOMES DA SILVA — Dep. ERONDY SILVÉRIO

BEATRIZ SILVA DO PRADO — Dep. AGUINALDO PEREIRA LIMA

ÉLMIRA LUIZA BAUER MONTECELLI — Dep. ROSÁRIO PITELLI

JACY CORREIRA FERNANDES — Dep. PAULO CAMARGO

LEÔNIDAS ANTÔNIO RODRIGUES DIAS — Dep. ALFREDO GULIN

LILIAN CARDINAL — Dep. WERNER WANDERER

LÚCIA DE NEGREIROS R. BARBALHO — Dep. WALDENÍCIO BARBALHO

MÁRCIA FRANK DE ANDRADE VIEIRA — Dep. JAYME

CARVALHO

MARIA JASKIN MESSIAS — Dep. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

MARIA ALICE WOLF PAULUK — Dep. LINEU MANSANI TURRA

MARIA FERRER DA ROSA CUNHA — Dep. HÉLIO MANFRINATO

MARLI ALVES POLI — Dep. RENATO BERNARDI

MANOEL PEDRO DA SILVEIRA — Dep. FIDELCINO TOLENTINO

NIZE TRISTÃO PIETRÂNGELO — Dep. VALTER PIETRÂNGELO

REGINA APARECIDA DO CREDO PASSOS — Dep. DENI SCHWARTZ

VILMA APARECIDA NUNES TONINELLO — Dep. ERNESTO DAL'

OGLIO

GERALDA MACEDO SALDANHA — Dep. OSVALDO MACEDO

GENY SAMPAIO CAMARGO — Dep. ANTÔNIO FACCI

NEIDE LACERDA NETO — Dep. AUGUSTO CARNEIRO

NORMA DE ANDRADE MANOEL — Dep. GABRIEL MANOEL

YEDA BARBOSA ALVES MENDONÇA — Dep. BASÍLIO ZANUSSO

ARMANDO MAZARI — Dep. ERNESTO GNOATO

CONRADO SCHNEIDER — Dep. JORGE SATO

SILVETE LACERDA GOMES BOEING — Dep. ENÉAS FARIA

MARIA DOLORES DOS SANTOS — Dep. FRANCISCO ESCORSIN

LEONY GRANADO CARAZZAI — Dep. IVO THOMAZONI

ERNESTO COSTA DE SOUZA — Dep. DÁCIO LEONEL
DALVA LOURENÇO CORREA — Dep. GABRIEL SAMPAIO
HOGO MENDONÇA SANTANA — Dep. ACCIOLY NETO
AUGUSTINHO BORGES — Dep. WILSON FORTES
CARLOS AUGUSTO CEQUINEL — Dep. EZEQUIAS LOSSO
HENRIQUE CUNHA MELLO — Dep. EGON PUDELL
JOANA BEATRIZ KUMROW — Dep. OTÁSSIO PEREIRA
MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT — Dep. GILBERTO CARVALHO
MOISÉS RODRIGUES DE OLIVEIRA — Dep. LUIZ ROBERTO

SOARES

SEBASTIÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA — Dep. FABIANO BRAGA
CORTES

DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO — Dep. FUAD NACLI

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 09/78

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 145, de 04 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar os funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder, para prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 1o. de janeiro a 31 de dezembro de 1978:

NAIR BELINO DE BONFIM
LIZETE BITTENCOURT
TEREZINHA CASAGRANDE
VILSON DA SILVA NATAL
AUREO GOMES DA SILVA
ANIBAL ASSUNÇÃO
AZÉLIA DE LIMA BRANDINI
BEATRIZ SILVA DO PRADO
CARMEN CILENE CASAGRANDE ROQUEJANE
ENEDUAR FALEIRO PINTO ALVES
GLACYR ANDRADE DE OLIVEIRA
JULIETA SLOMSKI RAMOS
LEONIDAS ANTÔNIO RODRIGUES DIAS
LAUDICÉIA RIERA DOS SANTOS
MARIA ALICE WOLF PAULUK
MARIA FERRER DA ROSA CUNHA
MARLI ALVES POLI
MARIA ANGÉLICA MOREIRA
NILCE POLI MILANI
VILMA APARECIDA NUNES TONINELLO
GERALDA MACEDO SALDANHA
NEIDE LACERDA NETO
NORMA DE ANDRADE MANOEL
YEDA BARBOSA ALVES MENDONÇA
JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA
ARMANDO MAZARI
CONRADO SCHNEIDER
MANOEL DIAS
PEDRO DISSENHA
SILVETE LACERDA GOMES BOEING
WALDOMIRO DE CAMARGO
ALBERTO MIGUEL
ANTÔNIO LUIZ QUERINO MACHADO
IVES PONESTKE
ERNESTO COSTA DE SOUSA
DALVA LOURENÇO CORREA
ORLANDO NADALIN
JOANA BEATRIZ KUMROW
MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT
ORLANDO FERREIRA

OTÁVIO GUERREIRO CASTELAN
EMILIO TELES DE LIMA
LÁZARO CAETANO DA SILVA
LIRIO TONETTI
MOISÉS RODRIGUES DE OLIVEIRA
RUY DA FONSECA PEREIRA
SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS
LEONIDAS RAMOS DA SILVA
ANTÔNIO CARLOS DUARTE
ALBARY PEDROSO

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 10/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 146, de 04 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder, para prestarem serviços, na forma que especifica, no período compreendido entre 1o. de janeiro a 31 de dezembro do corrente ano:

ALDINAR MUNIZ CORREIA DE FREITAS — 1a. Secretaria
CÉLIO NICOLAZZI REIS — Dep. Ezequias Losso
DIANIRO DA SILVA — Dep. Ezequias Losso
ELZIR LACERDA — 1a. Secretaria
ENÉAS MANSUR — Dep. Gabriel Manoel
JOSÉ ANGELI — Gabinete da Presidência
RONALDO CATARINO — 1a. Secretaria
SAMUEL UEHBE KARUTA — 1a. Secretaria
SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIA — Dep. Paulo Camargo
IVO MACHADO — 2a. Secretaria
NEUZA DE SOUZA SANTOS — 2a. Secretaria

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 11/78

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 146, de 04 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar os funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 1o. de janeiro a 31 de dezembro do corrente ano:

ALDINAR MUNIZ CORREIA DE FREITAS
JOSÉ ANGELI
RONALDO CATARINO
IVO MACHADO

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 12/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 12869, de 29 de dezembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, EDNA PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo em Comissão símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Otássio Pereira, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, a partir de 10 de outubro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 13/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 160, de 05 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, à funcionária BRIGIDA LOBO KOLAROVICS, matrícula no. 556, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1977, a partir de 09 de janeiro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 14/78

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prorrogar até 31 de dezembro do corrente ano, as Portarias números 550/77, 551/77 e 552/77, que autorizou os funcionários contratados deste Poder a prestarem horas extras.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 15/78

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar, SEBASTIÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA e AUGUSTINHO BORGES, ora à disposição deste Poder, a prestarem setenta (70) horas extras mensais, no período compreendido entre 1o. de janeiro a 31 de dezembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 16/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 12805, de 27 de dezembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para 15 de janeiro a 15 de fevereiro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria no. 865/77; do funcionário contratado deste Poder, ADEMIR BORCK.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral